

Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes

*Ilse Scherer-Warren**

La ciencia y la técnica en sí mismas, no son buenas ni malas. Dependen del buen o mal uso que se haga de las mismas...

Si alguna vez la utopías dejan de existir, tengamos el coraje de inventarlas para vivir en plenitud.

(Adolfo Pérez Esquivel)

Resumo. O presente artigo pretende abrir o debate em torno da adequação dos estudos das ações coletivas na era da informação. Inicia realizando uma síntese dos principais mapeamentos das teorias dos movimentos sociais neste século, a fim de situar o presente debate em relação ao estado da arte nesta área temática. A seguir, propõe uma análise dos movimentos sociais a partir da categoria de redes, a qual inclui as seguintes dimensões: da sociabilidade, ou seja, a das redes sociais primárias e de articulações políticas; da espacialidade, que contempla as conexões locais-globais, através das redes técnicas; das temporalidades históricas, que se refere às articulações entre novos ideários e a tradição cultural e seus significados em termos da transformação.

Palavras-chave. Ações coletivas, espacialidades, movimentos sociais, redes, local-global.

TRAJETÓRIAS DAS TEORIAS

As pesquisas sobre ações coletivas e movimentos sociais têm-se referenciado num amplo elenco de abordagens e teorias. Através de esforços de sistematização acadêmica, contribuições teóricas têm sido agrupadas em torno de algumas abordagens que permitem distingui-las quanto ao

* Ilse Scherer-Warren é professora titular do Departamento de Ciências Sociais/ Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina e Pesquisadora Sênior do CNPq. Trabalho apresentado no VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, GT "Novos olhares sociológicos sobre o urbano", na UnB, agosto de 1997.

enfoque analítico, às categorias centrais da análise e à definição do campo de investigação.

Até a década de 70, o mapeamento das teorias era feito em torno de dois blocos principais: o das teorias referentes à tradição do pensamento marxista e o das voltadas para a tradição funcionalista. Para a corrente marxista, os sujeitos centrais dos movimentos emancipadores são determinados estruturalmente, cabendo buscar na dinâmica entre estrutura e sujeito as possibilidades de ruptura sistêmica. Para o funcionalismo, o sistema tende a buscar sempre o seu reequilíbrio, e os agentes das ações coletivas mobilizam-se devido a rupturas temporárias. Em ambos os casos, a estrutura social é holística e logicamente coerente, ainda que sujeita a contradições, ambigüidades ou desvios (Scott, 1990: 52). Os movimentos sociais são atores *vis-à-vis* à transformação ou ao reequilíbrio sistêmico.

As críticas e revisões destes paradigmas, que acompanharam as fortes mobilizações coletivas a partir do final da década de 60, foram terreno fértil para uma grande produção de novas teorias acerca dos movimentos sociais. Este pode ser considerado um período de transição paradigmática, onde duas novidades merecem destaque: nas novas abordagens que seguem a tendência de análise num nível mais macro, sistêmico, passa-se a destacar a relevância do mundo da cultura e da pluralidade de atores coletivos engajados em processos de transformação social (vide produção de Touraine, Melucci, Habermas, Laclau e Mouffe, dentre outros). A outra novidade é que, em algumas abordagens, a centralidade na macro-estrutura cede lugar à análise do sujeito ou ator coletivo, num nível mais micro, relacionado ao cotidiano da vida societária (vide, dentre outros, Guattari, Kärner, Evers).

No Brasil, estas duas tendências, a questão cultural e a relevância das micro-relações sociais e dos respectivos estudos de identidades específicas, foram incorporadas por muitos autores (uma síntese deste momento encontra-se em Sader, 1988).

Posteriormente, estas teorias passaram a ser mapeadas a partir de duas abordagens principais: Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), referente sobretudo a uma produção teórica européia, e Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), tendo por base principal a produção teórica americana. A primeira, também denominada de abordagem das análises de identidades (Cohen, 1985), associa-se ao legado marxista no que diz respeito à relevância atribuída aos sujeitos sociais e às utopias coletivas nos processos de emancipação social. No entanto, afasta-se dele à medida em que privilegia a análise dos agentes de inovação cultural, das características da formação de identidades específicas e plurais e do caráter anti-institucional ou de não luta

pelo poder de Estado por parte dos movimentos sociais. Na América Latina, a abordagem das TNMS foi a que mais penetrou, pois permitia um melhor diálogo com a tradição marxista, que predominava na época (vide exemplos ilustrativos em Calderón y Santos, 1987; Camacho y Menjívar, 1985; Scherer-Warren e Kruschke, 1987).

Já a segunda abordagem (TMR), reportando-se mais à tradição funcionalista de análise das ações coletivas, agregou também as contribuições do behaviorismo relativas às orientações psicológicas para os comportamentos coletivos, e as da teoria da escolha racional quanto à racionalidade das ações coletivas. Desta forma privilegia a análise das possibilidades de participação e integração político-institucional dos atores coletivos, o caráter instrumental da ação e a funcionalidade da relação entre atores e sistema estatal.

Durante a última década, vários pesquisadores têm apontado as limitações em se dicotomizar estas abordagens, na medida em que se orientam quase que exclusivamente seja para os aspectos culturais (TNMS), seja para os aspectos institucionais (TMR). Segundo Scott (1990), trata-se de uma falsa dicotomia, pois, na prática, os movimentos sociais lutam tanto por inovações no mundo da cultura, quanto por reivindicação, participação e integração no mundo da política institucional. O diálogo entre as duas abordagens vem se intensificando e tentativas de novas sínteses têm sido apresentadas (Klandermans, Kriesi and Tarrow 1988, Eyerman and Jamison 1991, Dalton and Kuechler 1992, Diani 1992, McAdam, Tarrow and Tilly 1996, Ayres 1997). Para fazer esta mediação metodológica no estudo das ações coletivas, buscam-se recursos nas teorias de médio alcance e nas análises de redes.

A preocupação em superar reducionismos em torno do econômico, do cultural ou do político, do institucional ou do não-institucional, também está presente na produção brasileira (vide especialmente Doimo, 1995; Gohn, 1997; Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998; Scherer-Warren, 1996 e 1998).

NA BUSCA DE NOVAS SÍNTESES

Para compreender a complexidade das ações coletivas e dos movimentos sociais, num mundo que se globaliza, o diálogo entre as várias abordagens tem permitido a elaboração de sínteses integradoras. Entre elas, as análises de redes comportam algumas contribuições.

Inicialmente, as análises de redes nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais seguiam os referenciais predominantes em suas áreas geográficas, seja a tradição americana da TMR ou o legado europeu da TNMS (maiores informações em Scherer-Warren 1998). É somente na última década

que vários pesquisadores têm elaborado sínteses integradoras das duas abordagens.

Nesta direção, Klandermans (1992) observou, baseado em estudos empíricos, que os movimentos sociais surgem de redes multiorganizativas, resultantes de vínculos e militâncias múltiplas enraizadas em comunidades locais, cuja capacidade organizativa tanto dependerá das possibilidades de mobilizar recursos, aproveitar oportunidades políticas, exercer influências, como de construir identidades culturais e políticas.

Melucci (1996:65) acrescenta que as redes constituem um nível intermediário crucial para se entender os processos mobilizatórios. Através destas redes os indivíduos interagem, influenciam-se mutuamente e se engajam em negociações, ao mesmo tempo em que produzem os esquemas cognitivos e motivacionais necessários para a ação coletiva.

Ayres (1997), para avançar a partir das contribuições das TMR e TNMS, propõe uma síntese em torno do modelo dos processos políticos (MPP), o qual além de considerar a relevância dos aspectos organizativos e de formação de identidades, consciência e solidariedade nos processos micro-mobilizatórios, também enfocaria diretamente as lutas de poder entre membros das ações coletivas e seus opositores no processo político. Trata-se, enfim, de colocar o processo político como central neste modelo de análise, a fim de examinar como os movimentos freqüentemente interagem com partidos políticos, elites e grupos de interesse para atingir fins políticos (*idem*: 56).

Portanto, estas sínteses contemplam a necessidade de se considerar as dimensões simbólicas de um agir coletivo não institucionalizado e as dimensões estratégicas da ação político-institucional, tanto em seu lado integrativo quanto em seu lado conflitivo, de luta política.

A dicotomização entre micro e macro análises cede lugar à busca das conexões de sentido das relações sociais que se estabelecem entre os níveis locais, translocais até os mais globais, num momento histórico em que as noções de espacialidade e temporalidade são redefinidas (*vide* Harvey, 1992, Waterman, 1994, Pieterse, 1994).

O binômio reprodução e produção do social, como resultante de diferentes tipos de ações coletivas, tem levado pesquisadores a privilegiar o entendimento das novas formas sociais decorrentes da relação entre tradição que se renova e inovação cultural (*vide* Santos, 1997).

Estes são alguns dos enfoques que vêm abrindo novas perspectivas para se pensar as ações coletivas e movimentos sociais na era da globalização e da informação. Novas agendas para a pesquisa merecem ser construídas a partir destes postulados.

UMA AGENDA PARA PESQUISA

Considerando-se a necessidade de um repensar sobre as categorias de entendimento e os recursos metodológicos para o estudo das ações coletivas e movimentos sociais, na virada deste milênio, propõe-se abrir o debate em torno de uma metodologia de redes que inclua as seguintes dimensões:

- a) Da sociabilidade, ou seja, a das relações entendidas enquanto redes sociais.
- b) Da espacialidade, ou seja, das conexões espaciais através das redes técnicas.
- c) Das temporalidades históricas, ou seja, das articulações entre novos ideários e a tradição cultural e de seus significados em termos de processos civilizatórios.

DIMENSÃO DA SOCIABILIDADE:

As redes sociais podem ser observadas a partir de dois tipos de relacionamentos principais:

Através dos vínculos diretos estabelecidos entre atores em seus cotidianos, ao nível de suas comunidades e no espaço mais restrito das organizações coletivas específicas. Neste caso trata-se de redes sociais personalizadas. Conforme colocam Loiola e Moura (1996:55), nesta situação,

a rede constitui-se por meio de interações que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua e emerge a partir de interesses compartilhados e de situações vivenciadas em agrupamentos locais — a vizinhança, a família, o parentesco, o local de trabalho, a vida profissional, etc.

Através de articulações políticas entre atores e organizações, em espaços definidos pela conflitualidade da ação coletiva, podendo, pois, transcender os espaços de emergência da ação, onde os elos constroem-se em torno de identidades de caráter ideológico ou de identificações político-culturais. É nesta direção que se pode falar também em redes de movimentos, caracterizadas enquanto interações sociais que tendem à horizontalidade, em práticas políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre organizações da sociedade civil, grupos identitários e cidadãos mobilizados, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos sobre a base de identidades e valores coletivos (maiores desdobramentos em Scherer-Warren, 1998).

Todavia, estas redes de movimentos constroem-se sobre o pano de fundo de múltiplas redes sociais primárias e redes submersas. Segundo Fischer e Carvalho (1993), a formação das redes associativistas locais (a politização) é

perpassada pelos elos que se formam nas redes submersas (a cotidianidade) que lhe dão base.

Por sua vez, Melucci (1996: 115) define os movimentos sociais das sociedades complexas como redes submersas de grupos, pontos de encontros e circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem de um ator politicamente organizado. Trata-se de movimentos com uma estrutura segmentada, reticular e multifacetária, na qual os elos tornam-se explícitos somente durante os períodos transitórios da mobilização coletiva em torno de problemas que trazem a rede latente para a superfície e, posteriormente, deixam-na submergir novamente no tecido da vida cotidiana. Acrescenta ainda que a solidariedade, substrato dos movimentos, é cultural em caráter e localiza-se no terreno da produção simbólica do cotidiano. Problemas de identidade individual e da ação coletiva se mesclam: a solidariedade do grupo é inseparável dos anseios pessoais e das necessidades afetivas e comunicativas cotidianas dos participantes nas redes.

Todavia, pode-se acrescentar que, durante as fases de mobilização, as manifestações simbólicas tendem a vir acompanhadas de contestações políticas e de possíveis pautas reivindicativas e de negociação, tornando-se rede estratégica, além de seu caráter intrínseco de rede de solidariedade (Randolph, 1994).

Reportando-se a esta dupla face — estratégica e de solidariedade — a idéia de rede tem sido utilizada como uma metáfora pelos atores coletivos, para representar a idealização de um formato organizacional democrático e participativo no interior dos movimentos sociais, e com um potencial de fortalecimento da sociedade civil, por meio da articulação de uma multiplicidade de atores diversificados existentes na contemporaneidade. Rede torna-se, assim, um conceito propositivo dos movimentos (Scherer-Warren, 1998), onde as relações interorganizacionais deverão se caracterizar pela não-centralidade organizacional e pela não-hierarquização do poder, e onde as relações entre os atores participantes deverão ser mais horizontalizadas, complementares, abertas ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural. Cabe à pesquisa social desvendar as aproximações ou distanciamentos entre este ideário político e as práticas efetivas dos movimentos.

Subjacente a esta metáfora de rede há, pois, uma utopia para a democratização das relações sociais nos agenciamentos coletivos. Encontra-se em construção um novo imaginário social em torno da fluidez dos movimentos sociais atuais.

A sociedade contemporânea, com seus grandes avanços no campo da informação, com um potencial de redes informatizadas cada vez mais

abrangente, cria para além da materialidade das redes técnicas, uma realidade virtual (Wellman et alli, 1996), movimentada por redes de comunicação interpessoais. A potencialidade de comunidades virtuais criadas pelos atores identificados com causas comuns, vai constituindo um novo tipo de imaginário coletivo, com características próprias, que também merecem ser analisadas. Pode-se perguntar sobre o tipo de militância, de engajamento político, de comprometimento recíproco dos atores coletivos, de empatias desenvolvidas, de construção de simbolismos, etc., quando as relações se realizam através de espaços virtuais. Estamos aí frente a uma construção-desconstrução permanente em termos de tempo e espaço. Poderemos perguntar com Dabas (1995) sobre as debilidades deste tipo de rede social que dificulta saber com quem se conta, de quem se pode receber ajuda, com quem é possível manter a rede ativa, como cada um se redescobre nas relações com os outros e como as redes se constroem e se reconstroem. Eis alguns tópicos para uma agenda de pesquisa, os quais poderão ser aprofundados ao se considerar as duas dimensões abaixo (espaço e tempo).

DIMENSÃO DA ESPACIALIDADE/TERRITORIALIDADE

Num campo de estudos multidisciplinares (sobretudo compreendendo a geografia, a história, a sociologia e a antropologia) vem se construindo um conjunto de referenciais analíticos denominados, por alguns pesquisadores, de paradigma da rede (vide Wellman and Wetherell, 1996 e Mesquita, s/d).

Este paradigma não diz respeito tanto a um conjunto de teorias, ainda que elas possam existir, mas a um escopo analítico (ibid.), que permite investigar relações sociais a partir de elementos de sua estruturação (os nós e as teias), de sua funcionalidade (os tipos de conexões) e de sua configuração territorial (o local, o global e a conectividade em torno de diversas escalas espaciais).

Benakouche, apoiando-se em Dupuy, contribui para o entendimento destas propriedades das redes. Segundo a autora (1996), pela “nodalidade” consideram-se os elementos, ou nós das redes, em sua capacidade de se relacionar entre si dentro de um sistema; a “conexidade” seria a propriedade essencial da rede, pois através dela pode-se determinar o grau de coesão entre os elementos (elos fracos ou fortes); e a “conectividade” diz respeito às alternativas para a circulação (como os fluxos de informação) dentro de uma rede. Em relação a estas propriedades, também remetendo a Dupuy, Dias (1995, p. 148) alerta para o fato de que as redes ao mesmo tempo que são elementos de integração social, de conexão de solidariedades, têm o potencial de exclusão social:

Nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais.

Este resultado merece também ser avaliado nas práticas, sob a forma de redes, de agentes dos movimentos sociais. Nesta direção, Carvalho (s/d) ao mesmo tempo que aposta na importância das redes de movimentos no processo de aprofundamento da democracia no Brasil, alerta para o fato de que “a perspectiva das redes, nascida no âmbito da informática, é marca de diversos processos na área da globalização do capital e do poder” (p. 29).

Milton Santos (1996) refere-se a um outro conjunto de características das redes, com aparente ambigüidade: são reais e virtuais, técnicas e sociais, locais e globais, integradoras e desintegradoras. Para o autor, enquanto rede técnica material ela é virtual, mas torna-se realidade social no processo de ação. Enquanto técnicas têm uma materialidade, mas pelas ações sociais que conduzem expressam a vida social. O movimento no interior das redes tanto pode incluir dinâmicas próximas locais, como mais distantes, universais ou globais. Mais ainda, estes movimentos no interior das redes, além de sua funcionalidade sistêmica imediata, são processuais e, portanto, podem ser portadores de novas configurações históricas e espaciais:

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. (Ibid., p. 222)

Conforme Welmann et alli (1996, p. 231), as redes sociais estão se tornando simultaneamente mais globais e mais locais, na medida em que cada vez mais há conexões do espaço mundial com os assuntos dos espaços domésticos.

As novas tecnologias de informação, enquanto geradoras de redes técnicas (internet, fax, TV a cabo comunitária, rádios piratas, etc), têm permitido aos atores coletivos e movimentos sociais engendram redes que redimensionam seus territórios de influência e de ação e se comunicam em tempo real. Por meio destas redes há, portanto, uma contínua reterritorialização dos processos de ações coletivas.

Reportando-se a resultados de pesquisa empírica realizada sobre organizações locais na América Latina, Villasante (1996: 40) conclui que há vários níveis de relacionamento no cotidiano:

a rede submersa, a rede local e também a rede global... Há uma mistura permanente entre o informal local e o global que muitas vezes se sobrepõe às organizações locais, aos dirigentes e técnicos,

constituindo-se num problema em virtude dessa outra conotação que acaba desarticulando o tecido social das comunidades.

Assim como há possíveis problemas resultantes da conectividade de diversas espacialidades, há pesquisas que também indicam ganhos. Fisher (1993), com base numa pesquisa sobre o papel das ONGs no Terceiro Mundo, conclui que, desde meados da década de 1980, as redes têm permitido um desempenho organizacional melhor do que um pequeno número de organizações pequenas e homogêneas não conectadas. Além disso, na maioria dos países, ONGs de apoio e organizações inter-governamentais, cooperam mutuamente de alguma forma e desenvolvem parcerias com os governos. “Sobretudo a idéia de se relacionar em redes (*networking*), mesmo em torno de formas particulares de redes, tem se tornado contagiante” (Ibid: 210). Trata-se aí, pois, do desenvolvimento de um imaginário acerca dos potenciais das ações coletivas na era da informação, conforme já foi mencionado.

Desta forma, os conflitos, as contestações e as agendas sociais se globalizam e se particularizam simultaneamente, através de redes de informações, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos. Os problemas comunitários — o local — podem se projetar universalmente, assim como uma ética ou valores planetários — o universal — podem se expressar simbolicamente ao nível das ações locais. Por exemplo, Chico Mendes é transformado num símbolo universal da resistência para a conservação das florestas, assim como a ética ecologista da ação ativa não violenta é incorporada pelo movimento dos seringueiros (Scherer-Warren, 1998).

Como investigar, a partir de uma perspectiva de análise de redes, os atores coletivos e os movimentos sociais, contemplando e adequando os parâmetros enunciados acima? Sugere-se que uma agenda de pesquisa considere:

- Que organizações e atores (lideranças, mediadores, etc) representam-se nós/elos fundamentais das redes, dinamizando os fluxos de informações, o desenvolvimento de solidariedades, o estabelecimento de estratégias, negociando alternativas de mudanças, etc.?
- Que tipo de imaginário se constrói em torno de um ideário de democratização e de uma utopia emancipatória, através das conexões em rede dos agentes coletivos?
- Como se dá a conectividade da rede, ou seja, como atores e organizações locais interagem com agentes coletivos atuantes nas escalas regionais, nacionais e transnacionais, e que novas territorialidades de ação se constroem neste processo?

– Quais são as organizações, atores e movimentos que são integrados ou excluídos através das redes, e quais as razões subjacentes a estes processos?

– Que forma assumem as interações que se estabelecem através das redes de informação e quais seus resultados (grau de coesão grupal, tipo de solidariedade, de estratégias, mecanismos de negociação, representações simbólicas, construção de processos de subjetivação, multiculturalismos ou hibridações culturais, universalização de valores, etc.)?

DIMENSÃO DAS TEMPORALIDADES HISTÓRICAS

Os movimentos sociais se constróem em torno de legados históricos e de projetos, ou de raízes e opções (cf. Santos, 1997). As redes de movimentos, através de seus vários níveis de manifestação (submersas, latentes, virtuais ou estruturadas), respaldam-se em várias temporalidades: o passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia).

Para Wellman e Wetherell (1966), as análises de redes sociais devem ser focalizadas nas relações sociais e na estrutura social, uma vez que estas relações podem ser blocos estruturantes da sociedade. Em relação aos movimentos sociais, trata-se de enfocá-los a partir do que representam em termos de processos inovadores e de reprodução ou acumulação de experiências históricas.

A equação das raízes/opções, nos termos de Boaventura Santos (1997), pode ser frutífera nos movimentos sociais na medida em que “o passado deixar de ser a acumulação fatalista de catástrofe e for tão-só a antecipação da nossa indignação e do nosso inconformismo” (p. 116). Há ainda, segundo o autor, que se

reinventar o passado [raízes] como negatividade, produto da iniciativa humana, e, com base nele, construir interrogações poderosas e tomadas de posição apaixonadas [opções], capazes de sentidos inesgotáveis... O inconformismo é a utopia da vontade (p. 117).

Enfim, ao nível das exemplificações, Boaventura chama atenção para o fato de que as alianças e coligações têm logrado melhores resultados em superar as separações territoriais do que superar as diferentes formas de discriminação e opressão. Desta forma,

as coligações transnacionais têm sido mais fáceis entre grupos feministas ou entre grupos ecologistas ou indígenas [redes intra-

temáticas] do que entre uns e outros [redes inter-temáticas ou redes de redes]... Isto se deve ao desequilíbrio entre teorias da separação e teorias da união (p. 118).

A contribuição dos movimentos sociais ao processo civilizatório teria, portanto, que passar pela sua capacidade de coadunar as opções das identidades específicas, territorializadas ou desterritorializadas, com valores mais universais e híbridos resultantes da memória da indignação historicamente construída por sujeitos coletivos.

Nesta direção, Siqueira (1996: 133-49), em análise das organizações afro-brasileiras, observa que o “reconhecimento de diferenças étnicas” deve ser acompanhado de uma “ética suficiente para se perceber que estamos todos integrando positivamente uma sociedade”. A partir daí, a autora observa como organizações étnicas na Bahia têm dois objetivos essenciais:

dinamizar marcas da herança civilizatória que lhe dá referência [raízes], enquanto se autodenominam *afro-brasileiros*, e buscar melhores condições de vida em sociedade, com auto-estima e cidadania, [opções] em resposta aos processos de exclusão e/ou categorização no interior da sociedade envolvente [projeto civilizatório].

Portanto, as articulações entre tradições culturais reavaliadas e as novas utopias de transformação permitiriam, assim, aos movimentos sociais trazerem novas significações aos processos civilizatórios.

Todavia, processos desta natureza não estão isentos de tensões internas nas relações inter-grupais, mesmo porque, como já foi lembrado anteriormente, articular diferentes identidades específicas, em nome de uma identidade universal mais genérica, é um forte desafio da contemporaneidade. Em análise das parcerias face à revitalização do Pelourinho, na Bahia, Fischer et alli (1996:180), observaram uma certa intolerância às diferenças de grupos tradicionais e novos:

Há por parte dos “antigos” uma percepção dos “novos” como intrusos. Coloca-se, então, uma negação mútua, uma dificuldade no estabelecimento de relações de alteridade e, mais ainda, de confiança — elementos fundamentais na gestão da parceria e nas redes estratégicas e de solidariedade, que lhes dão suporte.

Pode-se concluir que o tecido social sobre o qual as redes sociais e de ações coletivas se estruturam, é perpassado por dimensões temporais, espaciais e de formas de sociabilidade. De acordo com Alexander (1997:175), “as bifurcações temporais das sociedades civis se entrelaçam com as fragmentações

fundadas no território”. A fim de enfrentar os processos de exclusão social decorrentes, o autor acrescenta que

os movimentos se utilizam das instituições de comunicação para persuadir a opinião pública de que é preciso “rever” a história; recorrem às instituições reguladoras para forçar a opinião pública a tornar ilegais as leis decorrentes dessa versão obsoleta da história.

Enfim, adicionando-se esta dimensão da temporalidade, uma agenda de pesquisa das ações coletivas, a partir de uma perspectiva da análise de redes, poderá incluir as seguintes interrogações:

- Como se articulam as tradições culturais com os novos ideários e utopias dos movimentos sociais e, em que medida, o resgate cultural se transforma em indignação mobilizadora da mudança?
- Em que medida as articulações sob a forma de redes revertem em possibilidades de hibridações culturais ou reafirmam sectarismos pré-existentis?
- Que tensões ocorrem entre os atores coletivos que buscam parcerias, mas que são expressões culturais de temporalidades históricas distintas e, em que medida, as ações coletivas sob a forma de redes desenvolvem mecanismos e idéias-força para superá-las?

Em síntese, cabe indagar sobre os significados em termos de processos civilizatórios, oriundos de articulações entre atores coletivos que representam temporalidades variadas em termos sócio-culturais, considerando-se suas possibilidades de conectividade em múltiplas escalas espaciais. Isto é, como avaliar as conexões sociais que contemplem, simultaneamente, legados históricos e projetos de transformação, em escalas locais e globais, nesta era da informação.

O movimento social propriamente dito (cf. Scherer-Warren, 1997) será, assim, apreendido a partir da investigação de processos articulatórios em várias dimensões analíticas:

- nos vários níveis da *sociabilidade*, do cotidiano (redes sociais submersas) ao campo da política (redes manifestas dos atores coletivos);
- em várias *escalas espaciais*, do local ao global (através das redes técnicas e da reterritorialização de processos de ações coletivas);
- na expressão e ressignificação de várias *temporalidades históricas* (relação entre redes sociais estruturadas ou instituídas — raízes/legados culturais — e redes sociais estruturantes ou instituintes — opções/utopias).

ABSTRACT

This article intends to initiate a discussion on the adequacy of collective action in the information era. It begins with a synthesis of the main theories on social movements in this century in order to situate the present debate over the state of the art in this matter. It then proposes an analysis of social movements based on the category of networks, which includes the following dimensions: of sociability, that is, of primary social networks and political articulations; of spaciality, which contemplates local-global connections through technical networks; of historical temporalities, referring to articulations between the new idearies and the cultural tradition and its meanings in the transformation.

RÉSUMÉ

L'article commence avec un débat sur l'opportunité des études sur les actions collectives actuelles influencées par l'informatique du à ce fait, l'auteur fait une synthèse des théories les plus importantes sur les mouvements sociaux à la fin de ce siècle. Ensuite il y a une analyse des mouvements sociaux à partir de la catégorie des "réseaux", dans laquelle il privilégie les dimensions suivantes: sociabilité (réseaux sociaux primaires et leurs articulations locales/globales), à travers les réseaux techniques; les temporalités historiques au sujet des articulations entre les nouveaux idéal et la tradition culturelle et leur contribution en terme de transformation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, Jeffrey (1997) "Aspectos não-civis da sociedade: espaço, tempo e função". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33: 169-80.
- Alvarez, Sonia E., Dagnino, Evelina & Escobar, Arturo (org.) (1998) *Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. United States of America: Westview Press.
- Ayres, Jeffrey M. (1997) "From competitive theorizing towards a synthesis in the global study of political movements: revisiting the political process model". *International Sociology*, 12, 1: 47-60.
- Benakouche, Tamara. (1996) *De fluxos e nós: as propriedades das redes (notas para discussão)*, paper.
- Calderón Gutiérrez, Fernando & Santos, Mario R. (orgs.) (1987) *Los conflictos por la constitución de un nuevo orden*. Buenos Aires: CLACSO.

- Camacho, Daniel & Menjivar, Rafael (orgs.) (1985) *Movimientos populares en Centroamérica*. Costa Rica: PAL/FLACSO/UNU.
- Carvalho, Maria do Carmo A. A. (s/d) *Redes de movimentos sociais: uma perspectiva para os anos 90*, paper.
- Cohen, Jean L. (1985) "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, 52, 4: 663-716.
- Dabas, Elina. (1995) "De la desestructuración de lo macro a la estructuración de lo micro: las redes sociales en la reconstrucción de la sociedad civil" in E. Dabas & D. Najmanovich (org.), *Redes el lenguaje de los vínculos – hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós.
- Dalton, Russel J. & Kuchler, Manfred (1992) "Los nuevos movimientos sociales y el orden político, o la posibilidad de que los cambios producidos preparen una estabilidad a largo plazo" in R. Dalton & M. Kuechler (org.), *Los nuevos movimientos sociales*. València: Edicions Alfons el Magnànim.
- Diani, M. (1992) "The concept of social movement". *The Sociological Review*, 1-25.
- Dias, Leila Cristina. (1995) "Redes: emergência e organização" in I. E. de Castro, P. C. da C. Gomes & R. L. Corrêa (org.), *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Doimo, Ana Maria (1995) *A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS.
- Esquivel, Adolfo Pérez (1997) "Una propuesta abierta ante el tercer milenio". *Revista Del Sur*, 66: 30-1.
- Evers, Tilman (1984) "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos CEBRAP*, 4: 11-23.
- Eyerman, Ron & Jamison, Andrew (1991) *Social movements: a cognitive approach*. Cambridge: Polity Press.
- Fischer, Tânia & Carvalho. (1993) "Poder local, redes sociais e gestão pública em Salvador-Bahia" in T. Fischer (org.), *Poder local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fischer, Tânia, et al. (1996) "Centro histórico de Salvador: a gestão em parceria de novos tempos e novos espaços" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fisher, Julie (1993) *The road from Rio: sustainable development and the nongovernmental organizations in the third world*. Westport: Praeger.
- Gohn, Maria da Glória (1997) *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Guattari, Félix (1981) *A revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense.

- Habermas, Jürgen. (1980) *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tradução de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Harvey, David. (1992) *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.
- Kärner, Hartmut. (1987) "Movimentos sociais: revolução no cotidiano" in I. Scherer-Warren & P. J. Krischke (org.), *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Klandermans, P. Bert. (1992) "La unión de lo 'viejo' con lo 'nuevo': el entramado de los movimientos sociales en los Países Bajos" in R. J. Dalton & M. Kuechler (org.), *Los nuevos movimientos sociales*. Valência: Edicions Alfons el Magnànim.
- Klandermans, Bert, Kriese, Hanspeter & TARROW, Sidney (1988) "From structure to action: comparing movement participation across cultures". *International Social Movement Research*, 1.
- Laclau, Ernesto (1986) "Os movimentos sociais e a pluralidade do social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 1: 44-7.
- Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1985) *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Verso Books.
- Loiola, Elisabeth & Moura, Suzana (1996) "Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Meadam, Doug, Tarrow, Sidney & Tilly, Charles (1996) "To map contentious politics". *Mobilization*, 1, 1: 17-34.
- Melucci, Alberto. (1989) "Um objeto para os movimentos sociais". *Lua Nova*, 17: 49-66.
- _____ (1996) *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mesquita, Zilá (s/d) *Redes e interdependência: reflexões preliminares*, paper.
- Pieterse, Jan Nederveen. (1994) "Globalisation as hybridisation". *International Sociology*, 9, 2: 161-84.
- Randolph, Rainer (1994) "A rede como integração da diversidade – o desafio da análise de múltiplas articulações de processos locais". *VI Colóquio sobre poder local*, Salvador.
- Sader, Eder (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, Boaventura de Sousa (1997) "A queda do angelus novus – fragmentos de uma nova teoria da história". *Novos Estudos CEBRAP*, 47: 103-26.
- Santos, Milton (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

- Scherer-Warren, Ilse & Krischke, Paulo J. (orgs.) (1987) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Scherer-Warren, Ilse (1996) *Redes de movimentos sociais*. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII.
- _____ (1998) *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Scott, Alan (1990) *Ideology and the new social movements*. London, Unwin Hyman.
- Siqueira, Maria de Lourdes (1996) "Ancestralidade e contemporaneidade de organizações de resistência afro-brasileira" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Touraine, Alain (1978) *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- _____ (1994) *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes.
- Villasante, Tomás R. (1996) "Metodologia dos conjuntos de ação" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Waterman, Peter (1994) "Global, civil, solidario. La complejización del nuevo mundo". *Nueva Sociedad*, 132: 128-44.
- Wellman, Barry & Wetherell, Charles (1996) "A program for historical community social networks analysis: some questions from the present for the past". *International Journal of Family History*, 1, 1.
- Wellman, Barry et alli (1996) "Computer networks as a social networks: collaborative work, telework, and virtual community". *Annual Review of Sociology*, 22: 213-38.